

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

IZABELLE CATHERINE OLIVEIRA SANTOS

**INCLUSÃO DE PESSOA SURDA: UM ESTUDO  
PARTICULAR DA TRAJETÓRIA DE UMA ALUNA NA  
REDE REGULAR DE ENSINO EM ARACAJU – SE**

São Cristóvão - SE

Dezembro, 2010

**IZABELLE CATHERINE OLIVEIRA SANTOS**

**INCLUSÃO DE PESSOA SURDA: UM ESTUDO  
PARTICULAR DA TRAJETÓRIA DE UMA ALUNA NA  
REDE REGULAR DE ENSINO EM ARACAJU – SE**

Monografia apresentada na Disciplina Monografia II, como requisito à conclusão do Curso de graduação em Pedagogia Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe.

Orientador(a): Profª Esp. Margarida Maria Teles.

São Cristóvão - SE

Dezembro, 2010

SANTOS, IZABELLE C. O.

INCLUSÃO DE PESSOA SURDA: UM ESTUDO PARTICULAR DA TRAJETÓRIA DE UMA ALUNA NA REDE REGULAR DE ENSINO EM ARACAJU – SE/IZABELLE CATHERINE OLIVEIRA SANTOS. 2010.

44f.

Monografia (graduação) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Educação, 2010.

Orientação: Professora Especialista Margarida Maria Teles, Departamento de Educação.

1. Educação Inclusiva 2. Surdez 3. Políticas e Práticas da Inclusão.

IZABELLE CATHERINE OLIVEIRA SANTOS

INCLUSÃO DE PESSOA SURDA: UM ESTUDO PARTICULAR DA  
TRAJETÓRIA DE UMA ALUNA NA REDE REGULAR DE ENSINO EM  
ARACAJU – SE

Monografia apresentada ao Curso de  
Pedagogia do Centro de Educação e Ciências  
Humanas da UFS como requisito para a  
obtenção do grau de licenciado em Pedagogia,  
orientada pela Professora Especialista  
Margarida Maria Teles

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup> Esp. Margarida Maria Teles

Universidade Federal de Sergipe - UFS

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Universidade Federal de Sergipe - UFS

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Antonio Vital Menezes de Souza

Universidade Federal de Sergipe - UFS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecimento primordial não poderia deixar de ser àquele, que me permitiu sonhar de uma forma que alargasse meus horizontes. Sonhei, busquei e conquistei, mas antes o sonho foi plantado em mim, obrigado ao Deus que semeou.

Obrigada aos meus pais, especialmente, a minha mãe Maria Izabel de Oliveira, que sempre foi mãe e pai, deu-me força, carinho e muito amor nos momentos de angústia e fraqueza, aos meus irmãos Rafael Cesar Oliveira Santos e Yago Silva de Oliveira que se fizeram presentes nas alegrias e nas tristezas, ao meu namorado Gleiber Santos Inácio que me fez companhia no período acadêmico, dando-me força em várias situações.

Obrigada a minha professora de Monografia I e II Prof<sup>a</sup> Maria Neide Sobral e a Orientadora Prof<sup>a</sup> Esp. Margarida Maria Teles, que me ensinaram o verdadeiro valor da vida, “o estudo”, pois sem ele, nada somos e nada temos.

As minhas tias, tios, avós, que sempre estiveram à disposição para qualquer momento, que na presença ou na ausência, sempre me apoiaram, Deus abençoe a todos, as colegas acadêmicas (Arlene, Danilo, Mônica, Ticianne, Jackeline e Lícia), enfim, a todos os meus amigos, àqueles únicos e verdadeiros, aos quais depus toda a minha confiança e afeto.

A todos, o meu muito obrigada do fundo do coração.

## RESUMO

Este estudo busca explicações de como acontece o processo de inclusão da aluna “J” (nome dado para preservar a identidade da aluna), com 23 anos, surda profunda, única aluna incluída na turma do 9º ano, da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Paulo Freire”, como também, identificar os prós e os contras relacionados a este processo sob a ótica da coordenação da escola, da própria aluna, da família, do professor da Sala Regular e da Sala de Recursos. A escolha desse tema deu-se em virtude de experiências vividas como irmã mais nova de uma pessoa com surdez, o Rafael. Recorreu-se ao estudo de caso histórico-institucionais, levantamento bibliográficos sobre a história da educação dos surdos e o processo de inclusão, sustentado por: GOLDFELD(1997), SILVA (1998), SASSAKI (1997), QUADROS (2004), SOARES (1999), TELES (2009), FREITAS (2005), MAZZOTA, (1996), LEI E DECRETOS/PORTAL/MEC (2010), entre outros. Concluiu-se que as perspectivas em relação à melhoria do processo de inclusão da pessoa com surdez avançou na legislação, mas nem tanto, na operacionalização, ainda faltam recursos para que os alunos surdos possam utilizar e professores capacitados na LIBRAS para que a inclusão da aluna surda se efetive por completo.

**Palavras – Chave:** Educação Inclusiva, Surdez e Políticas e Práticas da Inclusão

## **LISTA DE SIGLAS**

APADA – Associação de Pais e Alunos de Deficientes Auditivos

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ASSE – Associação de Surdos de Sergipe

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

SEESP – Secretaria de Educação Especial

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 – BREVE RETROSPECTIVA DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO DOS SURDOS: NO MUNDO, BRASIL, SERGIPE/ARACAJU.....	11
1.1 O surdo no mundo .....	11
1.2 – Os surdos no Brasil.....	12
1.3 – Os surdos em Aracaju/Sergipe.....	13
2 – O PARADIGMA DA INCLUSÃO.....	16
3 – PERCURSO METODOLÓGICO .....	20
3.1 – O campo empírico .....	20
3.2 – Coleta de dados.....	20
3.3 – Roteiro de entrevista .....	21
3.4 – Análise dos dados .....	21
4 – CONCLUSÃO .....	24
REFERÊNCIAS .....	25
ANEXOS.....	27

## INTRODUÇÃO

Mais importante que uma “Educação Inclusiva”, é se ter uma “Mentalidade Inclusiva”, pois, há muitos anos, que se vêm tentando incluir as pessoas com deficiências, sem que fosse constrangedor e humilhante para estes e seus familiares.

Atualmente, ainda existe segregação e/ou exclusão por parte da comunidade escolar, entretanto, as legislações explicitam obrigatoriedade para que as escolas recebam todas as crianças que se apresentam para a matrícula, independentemente da condição sensorial, física e intelectual. Mas é preciso superar as condições de que crianças se efetivem numa realização integral de suas potencialidades, em que o sistema de ensino, possua um corpo docente capacitado, estrutura física adequada, atendimento educacional especializado com professores de Libras (Linguagem Brasileira de Sinais) e recursos tecnológicos.

Torna-se bastante relevante esta questão, por ter vivenciado no seio familiar a trajetória de educação com Rafael<sup>1</sup>, o motivador deste estudo, meu irmão que tem surdez profunda<sup>2</sup>, ele estudou as primeiras séries, no período de 2000 à 2002, na Associação de Pais e Alunos de Deficientes Auditivos-APADA, fundada em 1991, uma instituição filantrópica que atende as pessoas surdas no Estado, oferecendo apoio pedagógico, iniciando-as no processo de alfabetização e na aquisição da LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais.

Segundo Quadros (1998, p. 64),

[...] LIBRAS é uma língua de sinais que se apresenta numa modalidade diferente das línguas orais-auditivas; são línguas espaço-visuais, ou seja, a realização dessas línguas n/ao é estabelecida através do canal oral-auditivo, mas através da visão e da utilização do espaço.

Assim como existem vários idiomas de predominância oral existentes no mundo, a LIBRAS é um idioma de modalidade gestual-visual natural da comunidade surda brasileira, com estrutura gramatical própria, particularidades idiomáticas e componentes universais comuns a qualquer língua oral.

Rafael iniciou a aquisição desta língua na APADA, assim como o processo de alfabetização. Como esta instituição não é de Ensino Regular, ele foi encaminhado para

---

1 Rafael<sup>1</sup> tem 23 anos, possui surdez profunda estudou até a 8ª série do ensino fundamental, é um irmão do meio que adquiriu a surdez devido a uma rubéola durante a gestação da minha mãe.

2 TELES & SOUSA (2010,p.2) a audição normal corresponde à habilidade para detecção de sons até 25 dB NA e a surdez quando a perda de audição é profunda maior que 91 dB NA, incapaz de desenvolver a linguagem oral de forma espontânea.

Escola Estadual “11 de Agosto”, uma escola de Ensino Fundamental, situado no Bairro Getúlio Vargas em Aracaju, que atende pessoas com deficiência do 1º ao 5º ano, em Classes Especiais de acordo com o tipo da deficiência, no caso de Rafael só alunos surdos, a partir do 6º ano, estes alunos são incluídos nas salas regulares. Observa-se duas formas de atendimento as pessoas com deficiência: classes especiais ou alunos com deficiência inseridos em Salas Regulares.

Por último, Rafael foi novamente transferido para uma Classe Regular, na Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF “Paulo Freire” (nome atribuído em virtude de preservar a identidade da escola). Durante a trajetória de escolarização vivenciada por ele, diariamente muitas queixas eram feitas, principalmente quando chegava da escola, seus relatos eram praticamente os mesmos, as suas ideias e conversas mediada em língua de sinais, eram feitas pelos próprios surdos e pouquíssimas vezes pelos professores ouvintes, o que evidenciava a fragilidade na sua formação educacional, principalmente pela falta de capacitação dos professores em LIBRAS e de propostas metodológicas para o ensinar pessoas com surdez profunda usuária da LIBRAS.

Sabendo que, atualmente na EMEF. “Paulo Freire” existe apenas uma aluna com surdez incluída na sala regular e por ter vivenciado junto com a minha família a trajetória de inclusão de Rafael nesta escola, escolhemos este último espaço como locus para a realização do meu estudo. Nosso objetivo não é um estudo comparativo entre a trajetória de Rafael e da única aluna surda inserida nessa escola, a qual chamaremos de “J”, letra escolhida para preservar a sua identidade, mas é fazer um estudo particular da trajetória da aluna “J”, que tem 23 anos e está incluída na turma do 9º ano (antiga 8ª série), sobre a ótica da família e da comunidade escolar. A problemática deste estudo é saber como acontece o processo de inclusão, qual o relacionamento da aluna surda com os ouvintes, qual a forma de comunicação entre os professores e a aluna e qual o investimento que a escola faz em relação à capacitação dos professores.

Para tal empenho, este estudo foi dividido em três momentos: primeiro faremos uma reflexão sobre o processo educacional dos surdos: no Mundo, Brasil, Sergipe/Aracaju e sobre o paradigma da inclusão. No segundo será o percurso metodológico onde situaremos a EMEF. “Paulo Freire” e o processo de inclusão vivenciada pela aluna surda, como também, a análise dos instrumentais, questionários e entrevistas, aplicados durante a pesquisa. E no terceiro momento concluirei com um relato da situação de inclusão vivenciada pela aluna. Espero que esta pesquisa seja de suma importância para o conhecimento da nossa realidade e que contribua para a inclusão das pessoas surdas na sociedade.

# **1 – BREVE RETROSPECTIVA DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO DOS SURDOS: NO MUNDO, BRASIL, SERGIPE/ARACAJU.**

## **1.1 O surdo no mundo**

Na antiguidade acreditava-se que as pessoas deficientes não podiam ser educadas, pois eram consideradas como aberração da natureza, portanto, foram vários os períodos em que as pessoas com deficiência foram rotuladas de incapazes, não podendo participar de qualquer tipo de vida “normal” a que regularmente passam as outras pessoas da comunidade. Sabe-se que neste período, era comum o extermínio de crianças que nascessem deficientes.

Não havia nenhuma preocupação com a educação ou qualquer outra forma de socializar as pessoas deficientes. Segundo GOLDFELD (1997, p.24),

[...] por volta de 335 d.C. aparecem importantes filósofos, como Aristóteles que acreditava que o pensamento era desenvolvido por meio da linguagem e da mesma com a fala, e por isso afirmava que o “surdo não pensa, não pode ser considerado humano”. Sócrates em 360 a.C. dizia que “era aceitável que os mudos se comunicassem com as mãos e o corpo. Santo Agostinho dizia que os surdos podiam comunicar-se por meio de gestos, que, em equivalência à fala, eram aceitos quanto a salvação da alma e John Beverley em (700 d. C.), ensinou um surdo a falar pela primeira vez, considerado como o primeiro educador de Surdo do Brasil.

Na Idade Média, com o predomínio da igreja e sua filosofia os surdos eram vistos como, sujeitos estranhos e objetos de curiosidades da sociedade e pessoas que mereciam caridade. As explicações relacionadas aos problemas de deficiência estavam ligadas a crenças e misticismos. Existiam leis que proibiam os surdos de receberem heranças, de votar e, enfim, de usufruírem de todos os direitos como cidadãos.

Só na Idade Moderna há uma valorização do ser humano, mas a problemática da deficiência era vista sobre o enfoque patológico. De acordo com SILVA (1998, p.1), é importante lembrar que:

[...] nesta transição, o homem passou a ser visto como o “Centro do Universo”, uma vez que no período do “Humanismo Renascentista” com os conceitos de amor à natureza, de amor ao corpo humano, firmou-se o pensamento baseado no conceito de pessoa e de sua superioridade sobre as forças da natureza, que desta forma trouxeram algumas mudanças na vida

das pessoas surdas [...].

Os primeiros educadores de surdos surgiram na Europa, criando diferentes metodologias de ensino, as quais se utilizavam as línguas oral-auditivas e a linguagem gestual, hoje Língua de Sinais, datilologia (representação manual do alfabeto) e outros códigos visuais, podendo ou não associar estes diferentes meios de comunicação.

Para Silva (1998, p. 13),

Iniciou-se uma nova fase na vida deste segmento, pois foi percebido que os surdos podiam falar, começaram a surgir pessoas que eram contratadas para ensiná-los a falar e, aos poucos, também lhes ensinavam a ler e a escrever contradizendo as palavras de Aristóteles.

Mas, é no fim da idade moderna e início da contemporânea que há uma preocupação mais efetiva com a educação das pessoas com deficiências, porém elas devem ser educadas em instituições especializadas e segregadas.

Segundo Goldfeld (1997), educação das pessoas surdas, por muitos anos, desenvolveu-se de forma preconceituosa e segregativa. As pessoas deficientes eram destacadas por possuírem características divergentes daquelas instituídas pela sociedade. Por exemplo, utilizavam termos como, “excepcional” como se explicasse a diferença existente de um indivíduo para o outro.

## 1.2 – Os surdos no Brasil

Os movimentos em defesa da educação dos surdos no mundo influenciaram o modelo de educação no Brasil. O marco dessa educação foi a fundação em 1857, do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, século XIX, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, primeira escola para surdos no Brasil. Dom Pedro II trouxe da França o professor e diretor, surdo, Ernest Huet que ensinava segundo os moldes da França “método combinado, a linguagem articulada, a linguagem gestual, entre outras atividades.

Quando o Professor Huet deixa a direção do instituto, este passa a ser transformado em asilo de surdos, posteriormente na gestão do Dr. Tobias Leite (1868-1896), que o Instituto, a retoma função pedagógica seguindo a mesma metodologia implantada no período de fundação (Martins, 2009).

A educação dos surdos e a trajetória desse instituto são marcadas pelas influências dos movimentos mundiais, a exemplo do Congresso de Milão, quando a professora, Ana Rímoli

de Faria Dória, então diretora, adota o método “oralista puro” proibindo o uso da linguagem gestual, que determinou a educação monolíngüe para os surdos até a década de 70. De acordo com Lacerda (1998), os resultados de muitas décadas de trabalho nessa linha não mostraram grandes sucessos. O processo de aquisição da fala era parcial e tardio em relação aos ouvintes, comprometendo o desenvolvimento global dos surdos.

Então, a professora de surdos, Ivete Vasconcelos, retorna ao Brasil, trazendo dos Estados Unidos, a filosofia da “Comunicação Total” ao mesmo tempo em que Linguistas brasileiras, como a professora Lucinda Ferreira Brito, começam a se interessar pelo estudo da gramática da Língua Brasileira de Sinais, segundo Brito (1995, p. 23),

[...] a LIBRAS é dotada de uma gramática constituída a partir de elementos constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam também especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais. É dotada também de componentes pragmáticos convencionais codificados no léxico e nas estruturas da LIBRAS e de princípios pragmáticos que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais [...]

Nessa retrospectiva histórica, até a década de 70, observam-se mudanças de metodologias ou filosofias de ensino para educação de pessoas surdas, mas dentro de um contexto de Educação Especial marcado por segregação e repressão, em nenhum momento são colocados os direitos desse segmento social quanto à incorporação no sistema educacional e uso de seu código linguístico no processo de escolarização, mas, as décadas seguintes são marcadas pelas lutas dos direitos sociais e políticos das pessoas com deficiência.

### 1.3 – Os surdos em Aracaju/Sergipe

No Estado de Sergipe a educação dos surdos seguiu à margem da educação comum. Até 1950, as pessoas com deficiências ficavam sob a responsabilidade dos médicos psiquiatras.

Nas ações de curadoria e de interdição encontram nos laudos médicos e vários diagnósticos que enquadravam os surdos nas categorias de imbecis, idiotas e esquizofrênicos. De acordo com SOUZA (2002), apesar de o Senador Sergipano Carvalho Neto ter se pronunciado em 1921, a respeito daquilo que ele chamava a "educação dos anormais", observado no trecho de seu discurso, transcrito na linguagem da época:

A educação dos anormais, Sr Presidente, é um importante e vastíssimo thema social de inteira actualidade. Inscripto na legislação dos povos cultos constitui, de presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela sciência, visando elevado escopo social e econômico. Restituir à sociedade, como elementos de economia e trabalho, algumas parcelas abandonadas à inércia, sinão ao caminho da loucura ou do crime, eis a sua finalidade (SOUZA, 2002, p.8).

As instituições voltadas para a educação das pessoas com necessidades especiais em Sergipe somente surgiram na segunda metade do século XX; mais exatamente na década de 60. A primeira instituição foi a União Sergipana de Assistência Clínica e de Reabilitação Ninota Garcia (1962), cujo objetivo era promover a socialização do deficiente, atuando na área curativa e desenvolvendo atividades de trabalhos manuais, treinamentos em braile, em linguagem gestual e fisioterapia. Em 1968, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, por um grupo de cinco pais, motivados pela discriminação sofrida pelos seus filhos no ensino regular (SOUZA, 2002, p.8).

O Estado inicia a Educação Especial com a inauguração da Escola Estadual “11 de Agosto”, localizado no Bairro Getúlio Vargas, na década de 1970, com classes especiais para deficientes auditivos e mentais com princípio de integração. E em 1989, com a Escola Especial João Cardoso do Nascimento Júnior, situada no Bairro Grageru, primeiro foi um Centro de Educação Especial, hoje, uma escola especial que prepara crianças de 0 a 12 anos para a inclusão. Funciona nos turnos manhã e tarde atuando na educação infantil de crianças com os mais diferentes tipos de deficiência.

Segundo Mazzota, (1996), os recursos destinados à educação especial eram oriundos, principalmente, do governo federal (MEC), a partir da criação em 1973, do Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, com a finalidade de promover em todo território nacional a expansão e a melhoria do atendimento aos "excepcionais".

A Sociedade de Ensino e Reabilitação Rosa Azul surge em 1979, cujo objetivo era estimular o desenvolvimento e a socialização dos deficientes, trabalhando na área curativa e de integração social, com atividades de escolarização desde a alfabetização até a 5ª Serie.

Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo - APADA surge em 1991, o objetivo desta instituição já foi destacado na apresentação deste estudo, acrescentaria apenas que a APADA é filiada à Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), entidade mais importante no ensino e divulgação da Língua de Sinais no Brasil. Outra instituição fundada na década 90 é a Associação de Surdos de Sergipe (ASSE), com o

objetivo de integrar o deficiente auditivo na sociedade, no mercado de trabalho e divulgar o uso e o ensino da Língua de Sinais (SOUZA, 2002, p.9).

Nestas instituições as filosofias ou metodologias de ensino eram determinadas pelo contexto nacional, instituições e profissionais ligados à área da saúde e educação defendiam a oralização e a segregação, ou seja, a Escola Especial. Relatos de surdos que eram terminantemente proibidos de usar a linguagem gestual na comunicação, chegando-se, para isso, até a praticar a imobilização das mãos como meio impeditivo. E, por outro lado, profissionais da educação que defendiam a sinalização e a inclusão. Até o final da década de 90, a educação dos surdos em Sergipe/Aracaju, foi envolvida em contendas e polêmicas em defesa de determinadas filosofias de ensino.

O Município de Aracaju através da Secretaria Municipal de Educação - SEMED implantou em 1994, três Salas de Recursos, que são salas destinadas a oferecer serviços educacionais para atender as necessidades especiais do educando, equipada com tecnologias assistivas de alto e baixo custo e com professores especializados na área de deficiência auditiva, para atendimento em turno contrário ao aluno especial incluso na classe comum.

Estas salas inicialmente atendiam somente alunos deficientes auditivos na faixa etária de zero a seis anos, com uma proposta baseada no princípio da inclusão, preconizado pela Declaração de Salamanca. Em 2004, devido à demanda de alunos especiais matriculados na Rede Municipal a SEMED amplia o numero de Salas de Recursos e o atendimento é estendido a outras áreas de deficiência. Quando é implantada a sala de Recursos na EMEF “Presidente Vargas”, infelizmente Rafael já não mais estudava nesta escola.

O modelo de apoio pedagógico oferecido pelas Salas de Recursos é reflexo de mudanças de paradigmas na educação dos surdos, pois os resultados de insucesso dos alunos nas classes especiais apontavam para metodologias mais flexíveis e inclusivas, talvez por essas razões, constata-se ainda hoje um baixo índice de escolarização desse segmento social.

## 2 – O PARADIGMA DA INCLUSÃO

Em meados do século XX, os surdos saem da segregação para a integração na escola regular, procurando adaptá-lo à sociedade.

Segundo Sasaki (1997, p. 34),

[...] a integração social “tem consistido no esforço de inserir na sociedade pessoas com deficiência que alcançaram um nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes”. Inspirado no princípio de integração e no reconhecimento da necessidade de se conseguir “escolas para todos”, respeitando as diferenças e promovendo a aprendizagem surge no mundo movimentos em defesa da “inclusão” [...].

Esse movimento de integração abriu as portas para a inserção das pessoas com deficiência na escola, mas foi a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a qual afirma o princípio da não discriminação e proclama o direito de toda pessoa à Educação.

Os princípios básicos da educação especial em 1960 eram: integração, normalização e individualização. Em 1961, o atendimento aos deficientes passou a ser fundamentado pela LDB na Lei nº 4.024 de 1961.

Dos Fins da Educação:

Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

E é dentro deste contexto que a educação no Brasil abre “um leque” de encaminhamento, para assegurar a todos sem discriminação o direito à educação, reforçada pelas Constituições Brasileiras de 1967 e 1969 (PORTAL/MEC, 2010).

No governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, 1969, priorizou-se a melhoria do

atendimento ao deficiente. Foi criado o (CENESP) Centro Nacional de Educação Especial, extinguindo-se a Campanha Nacional da Educação dos Surdos. É claro que precisamos estar atentos a todas as mudanças, pois os momentos políticos, também demarcam muitas mudanças. Houve uma reestruturação dos Ministérios e, como consequência, se reestruturou a (SEESP) Secretaria de Educação Especial como órgão específico do Ministério da Educação e do Desporto.

Mas, foi em meados da década de 90, o marco da inclusão, a Declaração de Salamanca, 1994, sinaliza as políticas e diretrizes da Educação Especial no mundo, começa então a mudar o paradigma de educação para as pessoas com deficiência auditiva e/ou surdo. Podemos encontrar nessa declaração a seguinte afirmação: o surdo deve ser inserido de fato na escola regular, para que possa ter sua cidadania respeitada, por isso, acreditamos que é necessária à existência de políticas efetivas para garantir seus direitos (Salamanca, 1994, p.2).

A Declaração de Salamanca, 1994, é um documento resultante da Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais mais relevantes, que desencadeou no mundo, os movimentos em defesa da “educação para todos”, promoveu uma a plataforma afirmando o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das pessoas surdas e reconhecendo a linguagem dos signos, hoje LIBRAS.

Princípio 19 da Declaração de Salamanca (1994, p.7):

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso a educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares.

Agora o cenário brasileiro depara-se com um novo paradigma, o da “Inclusão” das pessoas com deficiência, sem distinção de sexo, raça, classe social. Surge a Escola Inclusiva a “Escola para Todos”, aberta para acolher as diferenças, modificando, dessa forma, o cenário brasileiro. A inclusão representa, portanto um grande desafio, as escolas estão sendo chamadas para levar em conta a ampla diversidade das características e necessidades dos alunos, adotando um modelo nele centrado e não no conteúdo, com ênfase na aprendizagem e não, apenas, no ensino.

Segundo a teoria sócio-interacionista (Goldfeld,1997), quando se reporta que o aprendizado é propício através de uma interação de ações culturais em que o aluno constrói

aquisições de conhecimentos a partir de mediações educativas advindas principalmente da escola, da família e de sua visão particular de mundo. Independentemente da sua perda auditiva o aluno surdo é capaz de realizar ações inteligentes desde que lhes propicie um contexto interativo partindo de situações significativas, buscando e efetuando através de suas próprias experiências, é que o aluno surdo efetivará o seu real aprendizado.

A partir dessa perspectiva o direito à educação das pessoas com surdez é assegurado, num enfoque ainda de educação especial, como é destacada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamenta:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os educandos portadores de necessidades especiais.

Parágrafo 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Parágrafo 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Parágrafo 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

A LDB (1996) inaugura a política da educação inclusiva, educação para todos, tendo como objetivo as mesmas oportunidades, valorizando a busca de concepções de ensino e aprendizagem e novas formas organizacionais e pedagógicas.

Assim tem-se reconhecido um novo conceito para as necessidades educativas especiais, que embora esteja diretamente ligado a educação especial. A educação especial não mais pode ser olhada como um sistema paralelo à educação geral e sim dela faça parte como um conjunto de recursos pedagógicos e de serviço de apoio, que facilitem a aprendizagem de todos esses alunos incluídos no ensino regular.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC. 2008)

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Ainda de acordo com este documento, no que se refere a inclusão das pessoas com

surdez , deve ser observado o seguinte:

O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngüe no ensino regular.

Para atender as mudanças que se propõem o paradigma da inclusão, preconizado pela sua política, faz-se necessário o compromisso por parte da comunidade escolar em adequar-se metodologicamente para atendimento aos alunos com surdez, criando alternativas de ingresso e a permanência no ambiente escolar de forma participativa, sem deixar de respeitar as diferenças individuais, enquanto fatia de uma sociedade inclusiva a qual pretendemos formar. Mesmo porque, a educação inclusiva não é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades.

### **3 – PERCURSO METODOLÓGICO**

Utilizamos como metodologia um estudo particular da trajetória escolar da aluna surda “J”. Para tal empenho, recorreremos a revisão bibliográfica, fundamentada por GOLDFELD (1997), SILVA (1998), SOARES (1999), MAZZOTA, (1996), LEI E DECRETOS, disponíveis no PORTAL/MEC (2010), entre outros, objetivando obter subsídios que esclareçam os dados levantados sobre o processo de inclusão desta aluna.

#### **3.1 – O campo empírico**

A escolha deste campo empírico deve-se ao fato de meu irmão Rafael ter estudado na ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “PAULO FREIRE”. Implantada pela Prefeitura Municipal de Aracaju, para ministrar o Ensino Fundamental em salas regulares do 1º ao 9º ano, funcionando regularmente nos três turnos, tendo matriculado em 2010, 1.200 alunos na faixa etária de 6 a 16 anos. Funcionando de acordo com as normas da SEMED-Secretaria Municipal de Educação e pelas Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta o Atendimento Educacional Especializado para pessoas com deficiência na Sala de Recursos, implantada no ano de 2004, segundo Ofício Circular nº 39/2010 – MEC/SEESP/GAB, Brasília, 09 de setembro de 2010, hoje, Salas de Recursos Multifuncionais.

#### **3.2 – Coleta de dados**

Após definição do Campo Empírico o próximo passo foi na elaboração do roteiro de entrevista, com perguntas abertas, o único instrumento utilizado na elaboração do estudo em questão. Aplicado primeiramente a 06 (seis) professores da Sala Regular do 9º ano do ensino fundamental, durante o intervalo, na Sala de Professores. Em seguida foram entrevistados o Coordenador Geral e um membro da família, “a Mãe”. Para realização das entrevistas foram utilizadas 06 (seis) visitas à instituição, com enfoque voltado para a questão da inclusão apenas da aluna “J”, porque no ano em curso, a escola só recebeu está aluna com surdez.

### 3.3 – Roteiro de entrevista

Escola Municipal de Ensino Fundamental “Paulo Freire”

Entrevista I – MÃE DA ALUNA “J”

1. Qual a causa da surdez da aluna “J”?
2. Quando e como iniciou o processo de escolarização de “J”?
3. Como é o processo de aprendizagem na sala de aula?

Escola Municipal de Ensino Fundamental “Paulo Freire”

Entrevista II – COORDENAÇÃO DA ESCOLA

- 1) Qual a proposta pedagógica que vocês seguem para o atendimento dos alunos com surdez e qual é objetivo?
- 2) Como acontece o processo de inclusão?
- 3) Em relação aos professores, quais as dificuldades que apresentam?
- 4) Quantos alunos a escola já atendeu?
- 5) A escola oferece algum curso de capacitação para trabalhar com os alunos surdos?

Escola Municipal de Ensino Fundamental “Paulo Freire”

Entrevista III – 06 PROFESSORAS DA SALA REGULAR

PROFESSORAS “Z, L, A, S, M e C”

1. Qual a sua opinião em relação à inclusão dos alunos surdos no ensino regular?
2. Como você se comunica com seus alunos surdos?
3. Como é o relacionamento/comunicação entre a aluna surda e ouvintes na sala?
4. Você já participou e/ou participa de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação, etc)?

### 3.4 – Análise dos dados

Segundo relato da Coordenação da Escola, a Proposta Pedagógica está em planejamento, assim como seu Regimento. Mas o seu objetivo é a inclusão, pois há garantia

do direito a matrícula que acontece sem problemas, a escola já atendeu em torno de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) alunos.

O relato da coordenação sobre o direito à matrícula e o Projeto Pedagógico da Escola para alunos com deficiência, confirma o que está previsto na Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, que determina:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Embora, pelo tempo de funcionamento desta escola, esses questionamentos não deveriam ser argumentos, pois só justificam a burocracia para o processo de inclusão. Pois é necessária a existência de um projeto concreto, que leve em consideração as pessoas surdas e as suas necessidades educacionais.

Segundo relato da Mãe, dos professores e da coordenação da escola, o principal problema não está na matrícula, mas na falta de interesse por parte dos profissionais em aprender a LIBRAS, muitos não têm interesse em aprender esta língua, ressaltando que “J” faz leitura labial. Como os professores não sabem/conseguem comunicar-se com ela através da LIBRAS, também não conseguem passar os conteúdos. Há relato até, de que, além de ter que passar os conteúdos para “J”, precisa-se também passar os conteúdos para os demais, que não têm nenhuma deficiência, afirmando que de certa forma, distanciam-se dela.

Segundo Quadros (1997), uma pessoa surda somente é capaz de captar, através da leitura labial, cerca de 20% da mensagem. O ideal para a educação de surdos na escola comum é a educação bilíngüe, onde a língua de sinais seria a primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita. Além de serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola e que os professores tivessem domínio da língua de sinais.

Para Lima (1957, p. 65) “Na educação da pessoa surda, deve-se priorizar: o diagnóstico precoce, o uso de aprendizagem de Libras e da língua portuguesa, a interação com os ouvintes e a participação na escola comum”. Destacado na entrevista da professora “A”, sobre o preconceito social dos alunos com “J”, em relação às atitudes, ao comportamento, a intolerância, a não aceitação das diferenças, o egoísmo, em não querer colaborar, em não querer compartilhar. Por isso, é possível afirmar que, a comunidade escolar ainda não está condizendo com as palavras da autora, não respeitando os limites da aluna.

A mãe afirma que a escola não oferece apoio pedagógico, observa-se que, este

atendimento está previsto na Política Nacional de Educação para uma Prática Inclusiva (2008) a qual a escola é subordinada.

[...] O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. [...] (PORTAL/SEESP, 2001).

Quanto ao processo de inclusão previsto desde a Declaração de Salamanca (1994), baseado na premissa de “Educação para Todos” o processo de inclusão, propõe que todos os indivíduos devem interagir em todas as situações, beneficiando-se do mesmo momento de aprendizagem, mas respeitando-se as suas necessidades e particularidades. Segundo relato das professoras, que acreditam e defendem o processo de inclusão, mas não concordam como está acontecendo na escola, acham que a inclusão é um processo gradativo e se houvesse investimento em formação e tecnologias assistivas, todos os alunos aprenderiam, assim como a escola está promovendo a “inclusão” da aluna “J”, seria melhor que ela retornasse a Escola Especial.

A maioria das respostas diverge, no entanto, todos têm a mesma certeza, que a inclusão não é garantida da forma correta e quem sai prejudicada em tudo isso é a aluna “J”. Falta de recursos, de boa vontade e, principalmente, a falta de comunicação entre a aluna e a comunidade escolar é o que mais a fastia da escola.

## 4 – CONCLUSÃO

Após analisar dados sobre as condições de inclusão da aluna “J” na EMEF “Paulo Freire”, pôde ser observado que em relação ao processo de inclusão da pessoa com surdez há uma conscientização, ou seja, um novo olhar sobre esta questão por parte dos professores, observado nos depoimentos quando afirmam acreditar neste processo, pois do total, 06 (seis) professores da aluna “J” questionados sobre a inclusão escolar, 05 (cinco) acharam que a aluna deveria permanecer na Escola Regular, apesar de alguns acharem que seria melhor a Escola Especial, pois questionam o modelo como a inclusão está acontecendo na escola, fato que não estimulam os professores e nem os alunos, apenas garante o acesso, mas não asseguram a permanência.

Todos entrevistados foram unânimes quando afirmam que o maior problema da inclusão de pessoas surdas é a falta de comunicação porque a surdez está associada ao uso de uma língua espaço visual, a LIBRAS, que não é de domínio da maioria, como também, segundo os entrevistados não há cursos de capacitação para a comunidade escolar nesta língua. O processo de aprendizagem é mediado pela leitura labial.

Ficou evidente também que embora a escola funcione há 50 anos, e hoje conta com Sala para Atendimento Educacional Especializado, ou seja, Sala de Recurso Multifuncional, esteja ainda no plano da discussão do Projeto Político Pedagógico e de Regimento Escolar, fato que vai de encontro a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual ela esta subordinada.

É preciso que a escola crie ambientes favoráveis para uma aprendizagem significativa, em que o surdo possa beneficia-se de um Projeto Político Pedagógico, que considere suas especificidades dentro da proposta da escola regular. A motivação do aluno na sala de aula está diretamente relacionada a prática pedagógica da escola, quando a escola não consegue despertar o interesse do aluno e não atende as necessidades básicas de aprendizagem, o processo de escolarização de surdos compromete inclusive as relações entre os sujeitos, acentuando ainda mais, preconceitos vivenciados num período histórico de segregação.

Conclui-se que a história de Rafael se repete, embora os movimentos sociais em favor da educação inclusiva tenham impulsionado o surgimento de uma legislação que garante nos textos das leis e decretos um ensino de qualidade e de respeito à diversidade, entretanto, a escola não consegue acompanhar a evolução da legislação, garante o acesso, mas não oferece suporte para que os alunos com surdez permaneçam e concluam seu processo escolar, acentuando ainda mais lacunas entre as leis e sua operacionalização.

## REFERÊNCIAS

APADA - **Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo**. Disponível em: <http://www.apada-se.org.br>. Acessado em 10/11/2010.

BRASIL. **LEI Nº 9.394** - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional promulgada em 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Senado Federal. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 de novembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 20 novembro de 2010.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma Gramática de Língua de Sinais**: Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1995.

FREITAS, Soraia Napoleão; KREBS, Ruy; RODRIGUÊS, David. **Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais**. Rio grande do Sul. UFSM, 2005.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

JESUS, Saul Neves de; MARTIN, Maria Helena. **Práticas educativas para a construção de uma escola inclusiva**. Disponível em [educacaoespecial/ praticaseducativas.html](http://educacaoespecial/praticaseducativas.html). Acesso em 30.04.2008

LACERDA, C. B. F. **O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes**: Problematizando a questão. In: LACERDA, C. B. F.; GÓES, M. C. R. (Org.) *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000. p. 51-84.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 176p.

MARTINS, Diléia Aparecida. **Trajetórias de formação e condições de trabalho do intérprete de libras em instituições de educação superior**. 2009. 121f. Tese (Mestrado em Educação) Faculdade de Campinas, São Paulo, 2009.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996

MOURA, M. C. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, Ronice Muller de; Karnopp, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, I.R. **Considerações sobre a construção da narrativa pelo aluno surdo**. In Silva, I.R.; Kauchakje, S.; Gesueli, Z.M. (orgs) Cidadania, surdez e linguagem – desafios e realidades. São Paulo: Plexus Editora, 2003, 115-146.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores associados: EDUSF, 1999.

SOUSA, Francisca das Chagas de; ALMEIDA, Leila Cristina da C. S. **Escola e família, necessária cumplicidade no processo de ensino-aprendizagem**. Disponível em: [www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/escola\\_e\\_familia.pdf](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/escola_e_familia.pdf) Acesso em 03.05.2008.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano **A EDUCAÇÃO DOS SURDOS EM SERGIPE**, [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada1/resumo3.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada1/resumo3.html). Acessado em 20 de novembro de 2010.

TELES, Margarida Maria e Verônica dos Reis Mariano Souza. **Língua brasileira de sinais - Libras**, São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006

# **ANEXOS**

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

Escola Municipal de Ensino Fundamental “Paulo Freire”

Entrevista I

MÃE DA ALUNA “J”

### 1. Qual a causa da surdez da aluna “J”?

Relato da mãe: “Tomei um grande susto durante o 5º mês de gestação, sendo que consegui segurar a gravidez por mais 2 (semanas). Os médicos disseram que só mesmo Deus para conseguir salvar a vida das duas. E “J” nasceu prematura, com quase 6 (seis) meses, permanecendo 2 (dois) meses internada na incubadora”.

Continua: Não sabe se foi devido ao susto que tomou durante a gravidez que “J” nasceu surda. Embora, há pouco tempo descobriu que tem um primo que também é surdo, surgindo então à possibilidade de sua filha ter nascido surda, por hereditariedade, dizendo também que os médicos nunca souberam a causa.

### 2. Quando e como iniciou o processo de escolarização de “J”?

Relato da mãe: “J” começou a estudar com 1 (um) ano e 8 (oito) meses, em uma escola especial, depois foi EMEF. Oscar Nascimento, escola regular, a matrícula nesta escola, foi difícil porque as pessoas não sabiam sobre a inclusão, pois foi a uns 6 ou 7 anos atrás, depois foi estudar na EMEF “Paulo Freire”, no 6º ano. Já nesta escola não houve tanta dificuldade, pois algumas escolas já estavam mais adaptadas a receberem os alunos deficientes.

### 3. Como é o processo de aprendizagem na sala de aula?

Relato da mãe: “J” faz leitura labial, mas mesmo assim sente muita dificuldade em comunicar-se com as pessoas ouvintes, e principalmente, com os professores, a maioria dos professores não têm interesse em aprender a LIBRAS, que são muito pouco, àqueles que se esforçam para aprender os sinais e poder ajudar “J”, e por isso não se comunicam e nem sabem explicar os conteúdos para a filha. “Ela só aprende um pouco dos assuntos, porque tem duas colegas que estudam com ela desde a 4ª série, que vão explicando o que ela deve fazer, mas na hora da prova não se sai tão bem e acaba tirando notas baixas”.

Continua a mãe: ela já pensou em desistir várias vezes por desmotivação em relação a alguns professores, principalmente depois da saída da professora da Sala de Recursos, a qual, ela vinha tendo um apoio pedagógico. A justificativa sobre a saída da professora foi por que no momento é a única aluna surda da escola.

Todos os outros alunos surdos evadiram por motivos diversos, “ela só permanece estudando, por conta de “chantagem”. Já falei até com o diretor da escola, para que a chamasse e dissesse que se ela desistisse dos estudos, ele falaria com a chefe do trabalho dela, e ela ficaria desempregada. “Como ela não quer ficar sem o emprego e principalmente sem o dinheirinho dela, ela continua estudando”, relata a mãe. E conclui a sua frase dizendo: “na verdade, ela vai reprovar esse ano de novo, nas disciplinas de História, Matemática e Ciências”.

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

Escola Municipal de Ensino Fundamental “Paulo Freire”

### Entrevista II- COORDENAÇÃO DA ESCOLA

1. Qual a proposta pedagógica que vocês seguem para o atendimento dos alunos com surdez e qual é objetivo?

Relato da Coordenação: Ainda estamos preparando o Projeto Político Pedagógico e também, estamos fazendo o Regimento, mas o objetivo é trabalhar no processo de inclusão.

2. Como acontece o processo de inclusão?

Relato da Coordenação: As matrículas são feitas normalmente como todas as outras (no caso, dos ouvintes), sem burocracia nenhuma.

3. Em relação aos professores, quais as dificuldades que apresentam?

Relato da Coordenação: A principal dificuldade é a falta de comunicação entre eles, “os professores”, e os alunos surdos. Porque não foi um uso efetivo, alguns professores tentam se adaptar aos poucos com esses alunos surdos, tentando explicá-los da maneira que podem.

4. Quantos alunos a escola já atendeu?

Relato da Coordenação: A escola atende em torno de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) alunos.

5. A escola oferece algum curso de capacitação para trabalhar com os alunos surdos?

Relato da Coordenação: Curso na verdade não, mas nós tiramos um dia, para que as professora da Sala Regular junto com a professora na Sala de Recursos, quando ela estava no mesmo turno, para que ela explicasse algumas dificuldades dos alunos com deficiência e ensinar um pouco de LIBRAS, para que eles tivessem um pouco de conhecimento na área. No momento a escola só está fazendo atendimento especializado no turno da tarde, que por sinal, não possui nenhum aluno surdo. E a professora da área que trabalhava pela manhã está de licença e a aluna “J”, está sem o devido apoio há aproximadamente 6 (seis) meses.

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

Escola Municipal de Ensino Fundamental “Paulo Freire”

Entrevista III – PROFESSOR DA SALA REGULAR

PROFESSORA “Z”:

1. Qual a sua opinião em relação à inclusão dos alunos surdos no ensino regular?

Relato da professora “Z”: Às vezes não inclui o aluno, porque o professor muitas vezes não está preparado para atender esse aluno e ao mesmo tempo ele precisa passar os conteúdos para os demais que não têm nenhuma deficiência. Então o aluno acaba disperso e excluído. Acho que é melhor em uma escola especial, porque estaria bem mais apropriado para ela. Então, eu não posso exigir dela, porque de certa forma, não tenho como ajudar ou contribuir para os estudos.

2. Já aconteceu algum problema com relação à sua aluna surda na sala de aula?

Relato da professora “Z”: O problema maior é não ter como entrar em contato com ela (ter mais contato, mais aproximação). E como não tenho nenhuma preparação para incluí-la, fica mais difícil de ensinar os conteúdos dados aos outros alunos a ela, é como se eu de certa forma, me distanciasse por não entendê-la.

3. Qual o relacionamento entre os alunos surdos e ouvintes na sala?

Relato da professora “Z”: Antes ela não fazia a prova junto com os demais alunos, ela ia para a sala de recursos onde tinha o suporte, já tentei fazer a prova só com a aluna, mas a nota é quase sempre baixa, sem contar que ela não aprende nem a metade dos conteúdos passados. Em algumas atividades ela participa, como no caso, de atividades recreativas, que é onde há mais práticas, já nas demais, onde são passados os conteúdos não se vê muita iniciativa e nem tanta vontade dela fazer.

4.Você já participou e/ou participa de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação, etc)?

Relato da professora “Z”: Não, nenhum.

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

Escola Municipal de Ensino Fundamental “Paulo Freire”

Entrevista III – PROFESSOR DA SALA REGULAR

PROFESSORA “L”:

1. Qual a sua opinião em relação à inclusão dos alunos surdos no ensino regular?

Relato da professora “L”: O processo de inclusão é sempre bem vindo, acontece que ele é vasto. Apesar de o professor hoje ter um novo olhar sobre a questão da inclusão, o sistema educacional ainda não que nós atendamos permite melhor nossos alunos com qualquer tipo de deficiência. “Olhe, a inclusão é necessária, desde que, as leis se cumpram e não fique só no papel, é necessário que elas garantam os direitos de quem a têm, ou de quem pelo menos, deveria ter”. Porque a escola tem recursos para serem trabalhados com esses alunos, Ninguém. Porque a escola se preocupa com tantas outras coisas mais fúteis e não se interessa em realmente incluir, interagir os alunos surdos.

2. Já aconteceu algum problema com relação à sua aluna surda na sala de aula?

Relato da professora “L”: As minhas aulas são sempre gesticuladas, faço isso propositalmente, para ver se consigo me adaptar a aluna “J” para que ela compreenda melhor os conteúdos passados, para que ela possa absorver melhor e não se afastar tanto das aulas. Mas o que realmente deveria ter era um intérprete nas salas, ter um apoio bem mais reforçado, porque nós tínhamos uma pessoa especializada em LIBRAS para trabalhar com esses alunos no turno da manhã, mas ela precisou se afastar por motivos pessoais e só temos agora uma professora pela tarde. E que dá suporte aos alunos que estudam pela manhã? Graças a Deus não enfrento problema nenhum com ela, Porque estou sempre dialogando, tentando me expressar para ela, quando não entendo algo que me diz, peço para que escreva em um papel. Quando termino de explicar um assunto pergunto se ela entendeu e estou sempre conversando com a mãe dela,

para saber se em casa ela estuda, se a mãe lhe explica o que eu passei, se ela sentiu alguma dificuldade. Muitas vezes, chamo as duas (mãe e filha) aqui na hora do intervalo, pra que possamos conversar, pra que eu possa explicar melhor algo que “J” não entendeu. Então a mãe pergunta a ela o que ele teve dificuldade de aprender, passas para mim a resposta e eu explico para a mãe, que repassa para ela novamente, eu sou assim: estou sempre tentando melhorar e da melhor forma possível, ajudar.

3. Qual o relacionamento entre os alunos surdos e ouvintes na sala?

Relato da professora “L”: Não respondeu

4. Você já participou e/ou participa de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação, etc)?

Relato da professora “L”: Não

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

Escola Municipal de Ensino Fundamental “Paulo Freire”

Entrevista III – PROFESSOR DA SALA REGULAR

PROFESSORA “A”:

1. Qual a sua opinião em relação à inclusão dos alunos surdos no ensino regular?

Relato da professora “A”: a inclusão tem que ser sem traumas, num processo gradativo, onde o professor e o aluno descubram juntos como ensinar e como aprender. Para incluir, precisa de uma equipe especializada na educação inclusiva e especializada para acompanhar as necessidades do aluno. Nesta escola com certeza. O que falta aqui são recursos, progressos, projetos arquitetônicos e tecnológicos para que todos os alunos e professores, sintam-se melhor e mais a vontade para trabalhar e para aprender, porque essa escola é praticamente um museu e desse jeito, não tem condições.

1. Como você se comunica com seus alunos surdos?

Relato da professora “A”: Não informou.

3. Qual o relacionamento entre os alunos surdos e ouvintes na sala?

Relato da professora “A”: O principal problema aqui é o preconceito social dos alunos com J, preconceitos em relação às atitudes, ao comportamento, a intolerância, a não aceitação das diferenças, o egoísmo, em não querer colaborar, em não querer compartilhar. Quando um conteúdo é escrito no quadro que os ouvintes terminam, eles mandam que apague logo, sem querer saber se “J” terminou ou não. E que por sinal, ela ainda não terminou, porque escreve mais devagar, mas os colegas não estão nem aí pra isso. Eles não têm nem um pouco de compreensão para com a colega. É uma luta muito grande para trabalhar com todos eles ao mesmo tempo, para colocar na cabeça deles, que todo mundo

precisa de todo mundo e que principalmente, eles precisam entendê-la, entender as suas capacidades e necessidades, deixarem de ser egoístas e começarem a compartilhar.

4. Você já participou e/ou participa de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação, etc)?

Relato da Professora “A”: Não informou

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

Escola Municipal de Ensino Fundamental “Paulo Freire”

Entrevista III – PROFESSOR DA SALA REGULAR

PROFESSORA “S”:

1. Qual a sua opinião em relação à inclusão dos alunos surdos no ensino regular?

Relato da Professora “S”: Acho necessário, desde que haja um acompanhamento para esses alunos, tanto acompanhamento técnico, como acompanhamento pedagógico. A gente diz que a escola inclui só porque faz a matrícula do aluno, mais e depois? O aluno com surdez fica ao léu, porque a maioria dos professores aqui não tem nenhum suporte para ajudar esses alunos, não tem nenhum curso de LIBRAS. Então agente fica “voando” (professores) porque não sabe como ensinar o aluno surdo e voa também o aluno surdo, porque não entende o que foi que dissemos sobre os assuntos. E cadê a inclusão? Tá onde? Bem distante da nossa realidade. O correto seria que ela permanecesse nessa escola, que é regular. Mas para continuar do jeito que está sem ela ter acompanhamento, tirando notas baixas e reprovando, como já aconteceu, era melhor então que ela pudesse estudar em uma escola especial, aí sim, eu teria certeza, de que ela estava aprendendo e principalmente, progredindo e podendo interagir com os outros, coisa que pouco acontece aqui. Então a inclusão na sala de aula e na sala de recursos é importante sim, tanto para nós professores, quanto para a aluna, mas quando se tem um acompanhamento do início até o final.

2. Como você se comunica com seus alunos surdos?

Relato da Professora “S”: a maior dificuldade que sinto é de não poder ajudá-la da forma correta, que seria trabalhando sinais com ela, podendo fazer as explicações de uma maneira que ela pudesse me compreender. A maioria das pessoas surdas são inteligentes, mas se o professor se acomodar, elas se acomodam também, acabam relaxando, é preciso que a gente

esteja sempre pegando no pé, insistindo, perguntando se fez as atividades, porque se não for dessa forma, a “casa desaba” de uma vez, eles desestimulam e se afastam da escola. Não adianta dizer que na escola tem uma sala de recursos, se de recursos só tem o nome, ou então, não ter ninguém para dar suporte aos alunos que dessa sala necessitam.

3. Qual o relacionamento entre os alunos surdos e ouvintes na sala?

Relato da Professora “S”: Não informado.

4. Você já participou e/ou participa de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação, etc)?

Relato da Professora “S”: Não.

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

Escola Municipal de Ensino Fundamental “Paulo Freire”

Entrevista III – PROFESSOR DA SALA REGULAR

PROFESSORA “M”

1. Qual a sua opinião em relação à inclusão dos alunos surdos no ensino regular?

Relato da professora “M”: É importante, porque as pessoas com qualquer tipo de deficiência podem se comunicar (interagir) com outros alunos que escutam, com nós, professores e com as equipes administrativas, equipes de apoio, enfim, com todos que compõem a escola. Nesta escola, com certeza, se ele for matriculado em outra escola que não seja de ensino regular, não estará acontecendo a inclusão, mas uma mera matrícula onde só terão pessoas com a mesma e/ou outra deficiência que a dela. E dessa forma, não haverá interação, não vai ter como essa pessoa aprender, ela não vai conhecer totalmente o nosso mundo, e principalmente, nós conhecermos o mundo deles, que por sinal é fabuloso.

2. Como você se comunica com seus alunos surdos?

Relato da Professora “M”: Para mim só tem um problema, que é em relação as provas. É a mesma prova para todos os alunos e na hora da correção eu sinto um pouco de dificuldade em interpretar o que ela quis passar, aí eu procuro alguém que entenda LIBRAS para me ajudar e o máximo que eu posso está resgatando e aproveitando da prova dela, eu aproveito, não deixo escapar nada.

3. Qual o relacionamento entre os alunos surdos e ouvintes na sala?

Relato da Professora “M”: Bem, como já disse, acho importante a sua inclusão na sala de aula, principalmente por conta da interação da aluna com os demais. Até porque, ela não vai se sentir tão presa ao “se mundo”, ela vai estar em torno de pessoas ouvintes e de deficientes

intelectuais.

4. Você já participou e/ou participa de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação, etc)?

Relato da Professora “M”: Acho que o problema maior está na escola, por não oferecer cursos de capacitação e em mim, que não busco orientações mais afundas sobre o assunto, deixando a desejar a educação de “J”.

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

Escola Municipal de Ensino Fundamental “Paulo Freire”

Entrevista III – PROFESSOR DA SALA REGULAR

PROFESSORA “C”:

1. Qual a sua opinião em relação à inclusão dos alunos surdos no ensino regular?

Relato da Professora “C”:

Incluir é essencial desde que haja realmente a inclusão, desde a matrícula até a formação desse aluno com deficiência, mas uma formação que não deixe a desejar. Porque não estar certo dizer que a aluna passou, se lá no fundo, foram os professores que a ajudaram a passar, ou seja, foram passando de série em série para não ter que ensiná-la novamente. E até já me disseram aqui: “não podemos fazer mais nada agora, porque já vieram empurrado-a até aqui, não tem como ela aprender tudo agora”, e na minha concepção, isso não é inclusão nunca. É só para não dizer que não quer ficar com a aluna na sala, mas na verdade, não sabemos como lidar com isso. Para que haja a inclusão, ela deve estar aqui. Mas para isso é também necessário que haja um bom suporte para ela e para nós professores, que também não sabemos como proceder com os alunos que tem deficiência auditiva.

2. Como você se comunica com seus alunos surdos?

Relato da Professora “C”:

o problema maior é não ter nenhum intérprete nas salas, a gente precisa explicar os assuntos aos alunos ouvintes e “tentar” passar esse mesmo conteúdo para J, é muito complicado, mas com jeitinho a gente chega lá. Se a gente pudesse opinar e depois pudesse ir e fazer seria muito bom mas, infelizmente eu não posso. É preciso urgente de uma pessoa especializada em LIBRAS, para trabalhar na sala de recursos pela manhã, bem mais recursos para serem trabalhados com os alunos que possuem surdez e, com certeza, intérpretes nas salas de aula. Para se ter uma inclusão justa na sala de aula e na sala de recursos, é necessário isso e mais um pouco.

3. Qual o relacionamento entre os alunos surdos e ouvintes na sala?

Relato da Professora “C”: Já enfrentei muito preconceito por tê-la em minha sala, em relação aos outros alunos. Eles diziam que ela nunca entendia nada, que demorava pra responder aos exercícios e para fazer as provas. Já conversei muito com todos eles sobre o assunto, para que tivessem uma boa aceitação de J na sala, mas hoje em dia eles estão bem melhor em relação a esse preconceito e por sinal, até ajudam-na nos exercícios.

4. Você já participou e/ou participa de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação, etc)?

Relato da Professora “C”: Não informado.

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Especial  
Esplanada dos Ministérios, Bloco L  
6º andar – Gabinete -CEP:70047 – 901  
Fone: (61) 2104 8651 Fax: (61) 2104 9265

Ofício Cir nº 39/2010 – MEC/SEESP/GAB

Brasília, 09 de setembro de 2010.

A Sua Senhoria o (a) Senhor (a)

Diretor (a)

Prezado (a) Diretor (a),

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria da Educação Especial/SEESP, desenvolve o *Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais*, instituído no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, com o objetivo apoiar os sistemas de ensino na oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, complementar ou suplementar a escolarização, para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados nas classes comuns de ensino regular público.

O programa prevê a distribuição de recursos e equipamentos destinados à implantação e a organização de espaços de AEE, possibilitando sua oferta no turno diverso ao do ensino regular, conforme dispõe o Decreto nº 6.571/2008 e Resolução nº 4 CNE/CEB que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

Em 2010, o MEC/SEESP totalizará a implantação de 24.301 Salas de Recursos Multifuncionais, em todas as Unidades Federadas. Informamos que essa escola foi contemplada com uma das seguintes ações do Programa:

Implantação de salas de recursos multifuncionais do Tipo I;

Atualização das salas de recursos implantadas (período de 2005 a 2007); Conversação de sala do Tipo I para sala de Tipo II.

A disponibilização das Salas de Recursos Multifuncionais considera: a adesão da Secretaria de Educação ao compromisso Todos pela Educação; o Plano de Ações Articulares – PAR; a matrícula de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, na classe comum do ensino regular público, conforme Censo Escolar

MECINEP/2009.

As escolas contempladas pelo Programa deverão instituir a oferta do AEE no Projeto Político Pedagógico da Escola, conforme a Resolução nº 4 CNE/CEB e a Nota Técnica SEESP/MEC nº 11/2010.

As Salas de Recursos Multifuncionais são compostas de equipamentos, mobiliários, materiais didático-pedagógicos e recursos de acessibilidade, organizados nas composições do Tipo I e Tipo II, descritas nos quadros abaixo:

Sala do Tipo I:

Nº de Ordem	Especificação
0 1	2 Computadores
0 2	2 Estabilizadores
0 3	1 Impressora laser
0 4	1 Scanner
0 5	1 Teclado com colméia
0 6	1 Mouse
0 7	1 Acionado de pressão
0 8	1 Laptop
0 9	1 Software para comunicação aumentativa e alternativa
10	1 Materil dourado
11	1 Tapete alfabético encaixado
12	1 Memória de Numerais
13	1 Alfabeto Braille
14	1 Quebra cabeças sobrepostos
15	1 dominó de animais em Libras
16	1 Dominó de frutas em Libras
17	1 Dominó tátil

18	1 Memória tátil
19	1 Dominó de associação de ideias
20	1 Dominó de associação de frases
21	1 Bandinha rítmica
22	1 Sacolão criativo
23	1 Esquema corporal
24	1 Lupa eletrônica
25	1 Kit de lupas manuais
26	1 Plano inclinado – Suporte leitura
27	1 Mesa redonda
28	4 Cadeiras
29	2 Mesas para computador
30	2 Cadeiras para computador